

WILSON GONÇALVES

Nasceu em Cajazeiras, Estado da Paraíba, em 6 de outubro de 1914, filho do advogado Zacarias Gonçalves da Silva e Dona Adélia Gonçalves Cavalcante.

Fez o curso primário no Colégio Diocesano do Crato e o secundário no Ginásio do Crato.

Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 8 de dezembro de 1937, pela Faculdade de Direito do Ceará, hoje integrada à Universidade Federal do Ceará.

ATIVIDADES EXERCIDAS

Inscrito sob nº 236 na Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Ceará, exerceu a advocacia, a princípio, na zona sul do Estado, bem como nos Estados limítrofes de Pernambuco e Paraíba, estendendo-se, depois, a Fortaleza, capital do Ceará, e comarcas próximas. Foi membro do Conselho da OAB, seção do Ceará, de 1961 a 1962.

Secretário-Geral da Prefeitura Municipal do Crato, Ceará, de 7 de janeiro de 1938 a 31 de agosto de 1945.

Prefeito do mesmo Município do Crato no período de 1º de setembro de 1943 a 23 de novembro de 1945.

Eleito Deputado à Assembléia Legislativa do Estado, em 19 de janeiro de 1947, participando, de início, como membro da Comissão Constitucional, da elaboração da Constituição do Ceará, promulgada a 23 de junho de 1947, e, em seguida, dos trabalhos da legislatura ordinária, que se estendeu até março de 1951.

Foi reeleito Deputado Estadual para as duas legislaturas seguintes, de 1951 a 1955 e de 1955 a 1959. Integrou várias Comissões Permanentes, inclusive a Comissão de Constituição e Justiça e de Finanças, tendo sido Presidente desta última.

Elegeram-se, em 1958, Vice-Governador do Estado do Ceará, para o quadriênio 1959/1963, tendo exercido o Governo do Estado, em substituição, por 27 vezes.

A 7 de outubro de 1962, foi eleito Senador pelo Estado do Ceará, para o período de 1963 a 1971, durante o qual pertenceu, como membro titular, às Comissões de Constituição e Justiça, de Projetos do Executivo e do Polígono das Secas, tendo sido Vice-Presidente da primeira e Presidente da segunda. Pertenceu, ainda, a várias Comissões Especiais, Mistas e de Inquérito, inclusive a Comissão Mista que apreciou o Projeto que se converteu na Constituição Federal de 1967, tendo sido Sub-Relator do Título II – da Declaração de Direitos, que compreende os capítulos sobre nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos, direitos e garantias individuais e estado de sítio.

Reelegeu-se Senador em 1970, para o mandato de 1971 a 1979. Foi membro titular das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e do Distrito Federal, sendo o Presidente da última. Pertenceu, também, à Comissão de Relações Exteriores.

Presidente da Comissão Mista que estudou e ofereceu parecer ao Projeto de Lei nº 9, de 1971 (CN), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que fixava as Diretrizes e Bases do Ensino do 1º e 2º Graus.

Exerceu o cargo de Vice-Presidente do Senado Federal, em duas fases, 1970 e 1975 a 1976.

Exerceu, ainda, as funções de Professor titular de Direito Comercial na Escola Técnica de Comércio do Crato, Professor de Instituições de Direito Público da Faculdade de Ciências Econômicas do Crato e Professor de Direito Tributário da Escola de Administração do Ceará, essas duas últimas instituições ligadas à Universidade Estadual do Ceará.

Foi membro aposentado do Conselho de Assistência Técnica dos Municípios do Estado do Ceará, transformado posteriormente em Conselho de Contas do Estado.

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS

Representou o Congresso Nacional na 54ª Conferência da União Interparlamentar realizada em Ottawa, no Canadá, em setembro de 1965.

Integrou a Delegação do Senado Federal na Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano em Lima, Peru, em 1965, e na de Montevidéu, Uruguai, em 1967.

Participou da 101ª Reunião do Conselho da União Interparlamentar, em Genebra, Suíça.

Participou, como Delegado do Congresso Nacional, da 56ª Conferência da União Interparlamentar em Lima, Peru, em 1968, bem como da Reunião do Conselho da mesma entidade, realizada em Dacar, Senegal, em abril de 1968.

Tomou parte na Reunião da Comissão de Educação e Cultura do Parlamento Latino-Americano, em 1968, em Assunção, Paraguai.

Vice-Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, em 1969.

Chefiou a Delegação Brasileira à V Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, em Caracas, Venezuela, em agosto de 1971.

Presidiu a Delegação Brasileira ao I Seminário Continental sobre Colonização e Reforma Agrária, em Bogotá, Colômbia, em julho de 1972.

Chefiou a Delegação Brasileira à VI Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, reunida na Guatemala, em dezembro de 1972.

Eleito Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano para a gestão de 1971 a 1975.

Participou, como Coordenador, da Delegação do Congresso Brasileiro à 1ª Conferência do Parlamento Latino-Americano e do Parlamento Europeu, realizada em Bogotá, Colômbia, em julho de 1974.

Na qualidade de Vice-Presidente da Junta Diretiva do Parlamento Latino-Americano, chefiou a Delegação do Congresso Brasileiro à VII Assembléia Ordinária do mesmo Parlamento, levada a efeito em Caracas, Venezuela, em fevereiro de 1975.

Foi reeleito Vice-Presidente da mencionada Junta Diretiva nos anos de 1975, 1976, 1977 e 1978.

Fez parte da Delegação do Congresso Brasileiro à reunião conjunta das Comissões de Integração Política e de Integração Econômica, do Parlamento Latino-Americano, em Curaçao, Antilhas Neerlandesas, em julho de 1976.

Como Vice-Presidente da aludida Junta Diretiva, fez-se presente à Terceira Reunião Conjunta do Parlamento Latino-Americano e do Parlamento Europeu, no México, capital, em julho de 1977.

Ainda na mesma condição, tomou parte na reunião da Comissão Permanente de Estatuto e Regulamento, em Assunção, Paraguai, em outubro de 1977, para a elaboração do projeto de novo Estatuto do Parlamento Latino-Americano.

Proferiu palestras e conferências sobre matéria jurídica, educacional e trabalhista em Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas do Crato, estabelecimentos de ensino e perante associações de classe.

Presidente do Seminário de Modernização Legislativa e Desenvolvimento Político, realizado em Brasília-DF, de 7 a 11 de julho de 1976, como parte das comemorações do Sesquicentenário do Poder Legislativo no Brasil.

MAGISTRATURA

Nomeado para exercer o cargo de Ministro do TFR em vaga destinada a advogados, decorrente da nomeação do Exmo. Senhor Ministro Décio Miranda para o Supremo Tribunal Federal. Decreto presidencial de 13-11-78. Posse e exercício em 22-11-78.

Designado membro da Sexta Turma, a partir de 23-6-80, nos termos da Resolução nº 19, de 18-6-80, publicada no Diário da Justiça de 23-6-80.

Eleito membro suplente do Conselho da Justiça Federal para o biênio de 23-6-81 a 23-6-83.

Eleito membro efetivo do Conselho da Justiça Federal para o biênio de 23-6-83 a 23-6-85, exerceu até o dia 28-6-84, data em que se aposentou por implemento de idade.

CONDECORAÇÕES

- Grande Oficial da Ordem de Rio Branco, em 1971.
- Medalha do Congresso Nacional da Colômbia, em 1974.
- Medalha de Clóvis Bevilácqua.
- Medalha do Sesquicentenário da Independência do Brasil.
- Comendador da Ordem do Instituto Histórico do Distrito Federal.
- Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional do Brasil, em 27-5-75.
- Medalha comemorativa do Sesquicentenário da Instalação dos Trabalhos do Senado Federal, em 5-12-76.
- Grande Oficial da Ordem do Mérito de Brasília, em 21-4-78.

PUBLICAÇÕES

- Matérias jurídicas e forenses sobre *Habeas Corpus*, prisão em flagrante, prisão preventiva, posse e ação possessória, honorários médicos, mandato e insuficiência de poderes para alienar, etc.
- V Assembléia Ordinária (Parlamento Latino-Americano – Relatório de 1971).
- I Seminário Continental sobre Reforma Agrária e Colonização (Relatório, de 1972).
- A Revolução e o Ensino (discurso), de 1975.
- Reforma Constitucional para o Ministério Público (discurso), de 1976.
- Síntese de uma Atuação Parlamentar (livro), de 1978.